



DISPENSA ELETRÔNICA Nº 039/2026

DISPENSA COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5012/2026

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) COM TESTE DE RADIAÇÃO DE FUGA E TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) EM EQUIPAMENTOS DE RAIOS-X ODONTOLÓGICOS, COM EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

DATA PARA ENVIO DE PROPOSTA E DOCUMENTOS: Do dia 10/06/2026 até 18/06/2026

DATA E HORA DA ABERTURA E JULGAMENTO: 18/06/2026 das 09:00h até 10:00h

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://licitavinhedo.balkertecnologia.com.br/>

O **MUNICÍPIO DE VINHEDO** torna-se público que realizará DISPENSA ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por lote, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 341/2023 (disponível para consulta no mesmo endereço eletrônico indicado no preâmbulo), Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/14 e demais legislações e normas aplicáveis, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa visando a **contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento radiométrico (lr) com teste de radiação de fuga e testes de controle de qualidade (cq) em equipamentos de raios-x odontológicos, com emissão de laudos técnicos**, de acordo com o Termo de Referência e demais anexos;
- 1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1	SERVIÇO DE LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) Com teste de radiação de fuga, a ser realizado em raio-x odontológico	PREST. SERVIÇO	08
2	SERVIÇO DE TESTE DE CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) A ser realizado em raio-x odontológico	PREST. SERVIÇO	08

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, através do endereço eletrônico <https://licitavinhedo.balkertecnologia.com.br/>;
- 2.2. O procedimento será divulgado no site da Prefeitura de Vinhedo, no Portal de Transparência do Município de Vinhedo - SP, no portal de compras do município de Vinhedo onde será realizada a sessão e no PNCP Portal Nacional de Compras Públicas.
- 2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados;
- 2.4. **Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:**
 - 2.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu (s) anexo (s);
 - 2.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.4.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - 2.4.3.1. Autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



VINHEDO

PREFEITURA

- normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 3.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou descontos ofertados, vinculam a Contratada;
 - 3.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
 - 3.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
 - 3.11. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;
 - 3.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
 - 3.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
 - 3.14. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
 - 3.15. Ao efetuar o cadastro no sistema, a empresa participante declara sua concordância com os seguintes termos:
 - 3.15.1. Declara que conhece e concorda com todas as regras do edital;
 - 3.15.2. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação;
 - 3.15.3. Declaração que até a presente data a inexistência de fatos impeditivos para a habilitação do presente processo de dispensa de licitação;
 - 3.15.4. Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.15.5. Declara de enquadramento de ME/EPP/MEI ou não;
 - 3.15.6. Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 3.16. Declaram ainda de forma tácita que:
 - 3.16.1. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - 3.16.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
 - 3.16.3. Declaro, sob as penalidades da lei, que todos os documentos apresentados pela empresa são autênticos e não foram falsificados de forma alguma. Estou ciente das consequências legais de apresentar documentos falsos e afirma que todas as informações contidas nesses documentos são verdadeiras e precisas;
 - 3.16.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.
 - 3.17. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.
 - 3.17.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
 - 3.17.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
 - 3.17.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assumo valor superior a lance já registrado por ele no sistema.



VINHEDO

PREFEITURA

3.17.4. Durante a etapa de lances, as empresas participantes terão sua identificação em caráter sigiloso, sendo aberto para todos inclusive para ao agente de contratação somente ao final da etapa de lances.

4. FASE DE LANCES

- 4.1.** A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3.** O lance deverá ser ofertado pelo menor preço lote.
- 4.4.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.5.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 4.6.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.7.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.8.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.9.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.10.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1.** Encerrada a fase de lances, o sistema disponibilizará a proposta anexada inicialmente, e será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, torna-se imperativa a realização de negociações visando à obtenção de condições mais favoráveis, as quais poderão equivaler ou ser inferior ao montante estimado.
- 5.3.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
- 5.4.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.5.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.6.** Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao participante a readequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos de habilitação, na forma do disposto no item 6 e seus subitens.
- 5.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.8.1.** Contiver vícios insanáveis;
 - 5.8.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.8.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.8.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



- 5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Após análise da compatibilidade da proposta inicialmente anexada no sistema, conforme exigência do item 3.4 do instrumento convocatório, será concedido o prazo de 1(uma) hora para envio da proposta readequada, nos termos do Anexo II, e dos documentos de habilitação elencados no item 6.11 e 6.12 e seus respectivos subitens deste instrumento.
- 6.2. O NÃO ENVIO DA PROPOSTA FINAL READEQUADA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO acarretará na **desclassificação da proposta vencedora**, sem prejuízo das sanções previstas, passando-se assim, para a próxima participante classificada.
- 6.3. Os proponentes deverão enviar a proposta readequada e os documentos de habilitação exclusivamente por meio de digitalização no endereço eletrônico <https://licitavinhedo.balkertecnologia.com.br/>
- 6.4. Os documentos de habilitação deverão estar dentro de seu prazo de validade ou, quando não especificada a validade, serem expedidos no máximo com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias.
- 6.5. Os documentos necessários à participação na presente dispensa, bem como os documentos referentes à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente;
- 6.6. Quaisquer documentos necessários à participação na presente dispensa de licitação apresentados em idioma estrangeiro, deverão ser traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 6.7. Os documentos de habilitação da participante previstos nos itens 6.11 e 6.12 poderão ser apresentados originais ou cópias legíveis, conforme dispõe o inciso I do artigo 70 da Lei 14.133/2021;
- 6.8. Os documentos produzidos pela participante (declarações e proposta) poderão ser assinados fisicamente ou por meio de assinaturas digitais (preferencialmente), conforme dispõe o §2º do artigo 12 da Lei 14.133/2021;



VINHEDO

PREFEITURA

- 6.9.** A veracidade dos documentos encaminhados em formato digital, será presumida pela apresentação do Anexo III deste edital;
- 6.10.** Em caso de dúvidas quanto a autenticidade dos documentos, declarações e/ou propostas apresentadas pela participante, poderá ser realizada diligência com solicitação da apresentação dos originais ou cópia autenticadas dos documentos - sendo aceitas autenticação por cartório, permitidas as autenticações digitais, ter a declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal (inciso IV do artigo 12 da Lei 14.133/2021) ou autenticados por servidores públicos – em prazo a ser informado pelo(a) agente de contratação para a comprovação de sua veracidade.
- 6.11. HABILITAÇÃO JURÍDICA – DOCUMENTAÇÃO**
- 6.11.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual – Constituição e última alteração quando houver;
- 6.11.2.** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado da última alteração, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, além do estatuto e alterações subsequentes, a participante deverá apresentar a documentação relativa à eleição de seus administradores;
- 6.11.3.** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da Diretoria em exercício;
- 6.11.4.** Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- 6.11.5.** As empresas previamente cadastradas junto ao Município de Vinhedo, poderão apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos itens 6.12.1 a 6.12.6, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) válido emitido pela Prefeitura Municipal de Vinhedo, atendendo o que dispõem os artigos 62 a 69, da Lei Federal nº 14.133/21, sendo que se conter documento com validade vencida, o mesmo deverá ser renovado e apresentado com validade em vigor, juntamente com o CRC;
- 6.11.6.** Se a participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se a participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.12. REGULARIDADE FISCAL E DECLARAÇÕES**
- 6.12.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- 6.12.2.** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da dispensa de licitação;
- 6.12.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a Tributos Mobiliários, expedida pelo Município em que o estabelecimento estiver situado;
- 6.12.4.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Seguridade Social), alterada pela Portaria nº 443/10/2014 do Ministério da Fazenda;
- 6.12.5.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do CRF – Certificado de Regularidade FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei, permitindo a apresentação de certidões positiva com efeito de negativa;
- 6.12.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, relativa a débitos trabalhistas (conforme redação do inciso V e § 2º do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 6.12.7.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas Certidões apresentadas, serão válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de cadastramento das propostas.
- 6.12.8.** Apresentação da Declaração de Veracidade dos Documentos de Habilitação, conforme modelo constante no Anexo III



6.13. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

6.13.1.A licitante deverá encaminhar, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da realização da sessão, a documentação técnica abaixo relacionada:

6.13.1.1. Licenciamento Estadual (SP): Apresentar a Licença de Funcionamento vigente emitida pelo órgão de Vigilância Sanitária local, em estrita observância à Portaria CVS nº 01 de 05 de janeiro de 2024. A empresa deve possuir sede ou filial licenciada no Estado de São Paulo para a prestação de serviços de física médica e radioproteção.

6.13.1.2. Registro de Classe: Comprovação de registro da empresa e de seu Responsável Técnico junto ao conselho profissional competente (ex: CREA, CRTR ou CRBio).

6.13.2.Para análise da documentação técnica será designado um servidor da Diretoria de Assistência Atendimento e/ou um servidor da Diretoria de Vigilância em Saúde.

6.13.3.A análise servirá para adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

6.13.4.Se a documentação acima for rejeitada na avaliação, a(s) licitante(s) será(ão) desclassificada(s).

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a autorização da dispensa eletrônica a contratação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo VI.

7.2. A vencedora será convocada, formalmente, para assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, por seu representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

7.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da vencedora e aceite da Administração.

7.4. A vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na Dispensa Eletrônica, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no aviso de dispensa de licitação.

7.5. A celebração do termo de contrato, firmará o compromisso para a contratação entre as partes com vigência definida no Anexo I – Termo de Referência, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que atendidos os termos da legislação vigente.

7.6. Se, por ocasião da formalização do contrato, as Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa, relacionadas nos itens 6.11.3 ao 6.11.6 que estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Prefeitura Municipal de Vinhedo verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.7. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a vencedora será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovarem a situação de regularidade de que trata o item 7.6 mediante a apresentação das respectivas certidões com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar.

8. DO PRAZO PARA INÍCIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. O início da prestação de serviço deverá ser após assinatura do contrato e recebimento da ordem de serviço, seguindo todos os elementos descritos no Anexo I - Termo de Referência.

8.2. No valor da contratação, deverão estar inclusos todos os custos de transporte, impostos, embalagens e frete e não será admitido nenhum custo adicional além do proposto inicialmente.

8.3. Realizados os serviços, esses serão recebidos:

8.3.1. *Provisoriamente*: para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação contida no Anexo I - Termo de Referência;

8.3.2. *Definitivamente*: após a verificação da qualidade e quantidades do objeto e consequente aceitação, que ocorrerá expressa ou tacitamente, depois de decorridos 24 (vinte e quatro) horas da data do recebimento provisório.

8.4. Fica assegurado à **PREFEITURA** o direito de rejeitar, no todo ou em partes, os serviços executados em desacordo com as especificações exigidas no aviso de dispensa e seus anexos sem o prejuízo das penalidades cabíveis, ficando a contratada obrigada a reposição e/ou refazimento dos serviços irregulares ou em desconformidade, conforme apontado pela Secretaria Requisitante, sem ônus para a **PREFEITURA**.



- 8.5. Serão de responsabilidade da contratada todos os serviços correlatos essenciais para a execução do objeto desta presente dispensa de licitação.
- 8.6. Ocorrendo qualquer problema na execução do contrato, a contratada deverá comunicar imediatamente por escrito à PREFEITURA.

9. DO LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 9.1. O objeto desta dispensa deverá ser entregue/executado conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
 - 10.1.1. Dar causa à **inexecução parcial** do contrato;
 - 10.1.2. Dar causa à **inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 10.1.3. Dar causa à **inexecução total** do contrato;
 - 10.1.4. **Deixar de entregar a documentação** exigida para o certame;
 - 10.1.5. **Não manter a proposta**, salvo em decorrência de **fato superveniente** devidamente **justificado**;
 - 10.1.6. **Não celebrar o contrato** ou **não entregar a documentação** exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.7. **Ensejar o retardamento** da execução ou da entrega do objeto da dispensa **sem motivo justificado**;
 - 10.1.8. **Apresentar declaração ou documentação falsa** exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 10.1.9. **Fraudar a dispensa eletrônica** ou **praticar ato fraudulento na execução do contrato**;
 - 10.1.10. **Comportar-se de modo inidôneo** ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 10.1.11. **Praticar atos ilícitos** com vistas a **frustrar os objetivos deste certame**.
 - 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 10.2.1. Advertência pela falta prevista no subitem 10.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 10.2.2. Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) serviço(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
 - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.3.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Contratante.
- 10.5. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



VINHEDO

PREFEITURA

- 10.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 10.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 10.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica/pessoa física, com ou sem a participação de agente público
- 10.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999
- 10.10. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será **cobrada judicialmente**.
- 10.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 10.14. A personalidade jurídica do Contratado **poderá ser desconsiderada** sempre que utilizada com **abuso do direito** para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica **serão estendidos aos seus administradores e sócios** com poderes de administração, à **pessoa jurídica sucessora** ou à **empresa do mesmo ramo** com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 10.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

- 11.1. Informações complementares poderão ser obtidas junto à CONTRATANTE a partir da divulgação da Dispensa Eletrônica. Qualquer dúvida deverá ser direcionada por meio do seguinte e-mail: souza.silva@vinhedo.sp.gov.br, assegurando, dessa forma, a formalidade do documento para ambas as partes.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados, a Administração poderá:
- 12.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 12.1.2. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
 - 12.1.3. A providência do subitem 12.1.1 poderá ser utilizada se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados.
- 12.2. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



VINHEDO

P R E F E I T U R A

- 12.3.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 12.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 12.5.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 12.6.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.7.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.8.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 12.10.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 12.11.** Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 12.11.1.** Anexo I - Termo de Referência.
 - 12.11.2.** Anexo II – Modelo de Proposta.
 - 12.11.3.** Anexo III - Modelo de declaração de veracidade dos documentos de habilitação.
 - 12.11.4.** Anexo IV – Mapa de Alocação de Riscos.
 - 12.11.5.** Anexo V – Termo de Ciência e de Notificação;
 - 12.11.6.** Anexo VI – Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP;
 - 12.11.7.** Anexo VII – Minuta de Contrato.

Vinhedo, 10 de junho de 2026

Sílvia Cássia de Souza
Agente de Contratação

Alfredo Carlos São José Junior
Diretor de Departamento



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA		
SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 165/2026		
Utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP):	() Sim	(X) Não

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de Levantamento Radiométrico (LR) com Teste de Radiação de Fuga e Testes de Controle de Qualidade (CQ) em equipamentos de Raios-X Odontológicos, com emissão de laudos técnicos.

LOTE 1				
Item	Cód.	Descritivo	Qtde	Unid. Medida
1	41.42.81	SERVIÇO DE LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) Com teste de radiação de fuga, a ser realizado em raio-x odontológico	08	PREST. SERVIÇO
2	41.42.82	SERVIÇO DE TESTE DE CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) A ser realizado em raio-x odontológico	08	PREST. SERVIÇO

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação é indispensável para garantir o monitoramento e a conformidade técnica dos equipamentos emissores de radiação ionizante das Unidades Básicas de Saúde do Município. O serviço visa assegurar que os aparelhos operem dentro dos parâmetros de calibração exigidos, garantindo a exatidão das doses de radiação aplicadas aos pacientes e a segurança ocupacional dos colaboradores quanto à radiação espalhada.

O escopo dos serviços e laudos deve obedecer rigorosamente ao marco regulatório vigente, abrangendo:

- Diretrizes Gerais: Conformidade com a RDC nº 611/2022 (ANVISA), que estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista.
- Equipamentos Intraorais (Periapicais): Atendimento aos testes de controle de qualidade previstos na Instrução Normativa (IN) nº 95/2021.

Ademais, é necessária a inspeção de acessórios e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), mantendo em condições adequadas de uso todo o parque tecnológico sob gestão municipal.

Dessa forma, este ETP estabelece a obrigatoriedade de conformidade com a Portaria CVS nº 01, de 05 de janeiro de 2024 (Centro de Vigilância Sanitária de SP). Tal exigência garante que a empresa prestadora possua o devido licenciamento no estado, assegurando a validade jurídica dos laudos e a plena aceitação destes perante os órgãos de fiscalização estaduais.

A ausência de laudos atualizados coloca o município sob risco de interdições sanitárias e multas, além de comprometer a segurança dos munícipes. Assim, a contratação é a solução administrativa necessária para manter a regularidade do parque tecnológico e a continuidade da assistência à saúde bucal na rede municipal.

Para o presente processo sugerimos a Dispensa Eletrônica, visando proporcionar a ampla participação de licitantes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na prestação de serviços técnicos especializados em física médica e radioproteção, compreendendo a realização de ensaios físicos, medições de radiação e vistorias técnicas nas Unidades de Saúde do Município, com a emissão dos respectivos laudos de conformidade.

A solução abrange, para cada equipamento e sala de exames, as seguintes atividades:

- **Levantamento Radiométrico (LR) com Teste de Radiação de Fuga:** Avaliação dos níveis de radiação em áreas adjacentes (salas de espera, corredores, áreas externas) para validar a eficácia das blindagens e barreiras de proteção.
Verificação da integridade da blindagem do cabeçote do equipamento de Raio-X, garantindo que não existam vazamentos de radiação acima dos limites permitidos.
- **Testes de Controle de Qualidade (CQ):** Aferição de parâmetros técnicos (tensão do tubo, tempo de



exposição, rendimento, colimação e qualidade da imagem) de acordo com a IN 95/2021 (Intraoral).
Teste de integridade radiológica em aventais de chumbo e protetores de tireoide utilizados nas unidades.

Os serviços deverão ser executados integralmente de forma presencial (*in loco*), utilizando instrumentação própria da contratada (câmaras de ionização e simuladores), devidamente calibrada. A execução não deverá interferir no fluxo de atendimento das unidades, devendo ser previamente agendada.

Para cada equipamento/unidade inspecionada, a solução será considerada entregue mediante a apresentação de:

- Laudo Técnico Individualizado, assinado por profissional habilitado;
- Relatório de Não Conformidades (se houver), com orientações para correção;

Como parte integrante da solução, todos os laudos devem ser emitidos por empresa que atenda à Portaria CVS nº 01/2024, garantindo que a documentação técnica seja aceita pelo Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo para fins de licenciamento das unidades de saúde.

4. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO E/OU SERVIÇO

A contratada deverá entrar em contato com a Secretaria de Saúde imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), para agendamento da visita *in loco*.

As visitas deverão ocorrer em dias úteis, dentro do horário de funcionamento das unidades.

O agendamento poderá ser realizado via telefone (19) 3826-7499 (ramais 3307 ou 3308) ou pelos e-mails chefeico.saude@vinhedo.sp.gov.br e saudebucal.saude@vinhedo.sp.gov.br, aos cuidados da Dra. Josyanne ou Dra. Daniela.

O prazo de entrega dos laudos é de até 15 (quinze) dias, após realizada a visita *in loco*.

A Contratada deverá realizar os ensaios técnicos conforme os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa (IN) nº 95/2021 e na RDC nº 611/2022.

Durante a visita, a contratada deverá realizar o teste de integridade física e radiológica de todos os aventais plumbíferos e protetores de tireoide da unidade, gerando relatório de conformidade.

Caso algum item/equipamento seja reprovado nos testes, a Contratada deverá comunicar imediatamente o responsável pela Unidade de Saúde e formalizar a ocorrência à Secretaria de Saúde em até 24 (vinte e quatro) horas, orientando sobre a necessidade de interrupção ou restrição do uso do aparelho até sua manutenção corretiva.

Todos os instrumentos de medição (câmaras de ionização, multímetros digitais, etc.) utilizados para prestação do serviço deverão possuir certificados de calibração emitidos por laboratórios acreditados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou pelo INMETRO, dentro do prazo de validade.

Os serviços e laudos deverão ser obrigatoriamente assinados por profissional legalmente habilitado (Físico Médico ou Supervisor de Radioproteção).

A Contratada é responsável por fornecer todos os EPIs necessários para seus funcionários durante a execução dos testes, além de uniformes e identificação (ex. Crachá).

Ainda, deverá ser mantido sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas durante a execução dos serviços nas unidades de saúde.

5. LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO

O serviço deverá ser executado nas seguintes Unidades de Saúde:

- UBS Casa Verde - Rua Morubixaba, s/nº, Casa Verde
- UBS Vila João XXIII - Rua Artur Biancalana, nº 120, Vila João XXIII
- UBS Vila Planalto - Rua Brasília, nº 273, Vila Planalto
- UBS Três Irmãos - Rua Agenor Gallo, s/nº - Jardim Três Irmãos
- UBS Meirelles - Rua Agenor de Matos, nº 170 - Parque São José
- Policlínica - Rua Juliana Von Zuben Dêgelo, nº 90 - Capela
- CEO - Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1375 - Jardim São Matheus - PISO SUPERIOR



6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A licitante deverá encaminhar, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da realização da sessão, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo sistema de licitação, a documentação técnica abaixo relacionada:

- **Licenciamento Estadual (SP):** Apresentar a Licença de Funcionamento vigente emitida pelo órgão de Vigilância Sanitária local, em estrita observância à Portaria CVS nº 01 de 05 de janeiro de 2024. A empresa deve possuir sede ou filial licenciada no Estado de São Paulo para a prestação de serviços de física médica e radioproteção.
- **Registro de Classe:** Comprovação de registro da empresa e de seu Responsável Técnico junto ao conselho profissional competente (ex: CREA, CRTR ou CRBio).

Para análise da documentação técnica será designado um servidor da Diretoria de Assistência Atendimento e/ou um servidor da Diretoria de Vigilância em Saúde.

A análise servirá para adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

Se a documentação acima for rejeitada na avaliação, a(s) licitante(s) será(ão) desclassificada(s).

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

A contratada deverá entrar em contato com a Secretaria de Saúde imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), para agendamento da visita in loco.

As visitas deverão ocorrer em dias úteis, dentro do horário de funcionamento das unidades.

O agendamento poderá ser realizado via telefone (19) 3826-7499 (ramais 3307 ou 3308) ou pelos e-mails chefeiceo.saude@vinhedo.sp.gov.br e saudebucal.saude@vinhedo.sp.gov.br, aos cuidados da Dra. Josyanne ou Dra. Daniela.

O prazo de entrega dos laudos é de até 15 (quinze) dias, após realizada a visita in loco.

A Contratada deverá realizar os ensaios técnicos conforme os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa (IN) nº 95/2021 e na RDC nº 611/2022.

Durante a visita, a contratada deverá realizar o teste de integridade física e radiológica de todos os aventais plumbíferos e protetores de tireoide da unidade, gerando relatório de conformidade.

Caso algum item/equipamento seja reprovado nos testes, a Contratada deverá comunicar imediatamente o responsável pela Unidade de Saúde e formalizar a ocorrência à Secretaria de Saúde em até 24 (vinte e quatro) horas, orientando sobre a necessidade de interrupção ou restrição do uso do aparelho até sua manutenção corretiva.

Todos os instrumentos de medição (câmaras de ionização, multímetros digitais, etc.) utilizados para prestação do serviço deverão possuir certificados de calibração emitidos por laboratórios acreditados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou pelo INMETRO, dentro do prazo de validade.

Os serviços e laudos deverão ser obrigatoriamente assinados por profissional legalmente habilitado (Físico Médico ou Supervisor de Radioproteção).

A Contratada é responsável por fornecer todos os EPIs necessários para seus funcionários durante a execução dos testes, além de uniformes e identificação (ex. Crachá).

Ainda, deverá ser mantido sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas durante a execução dos serviços nas unidades de saúde.

8. GESTÃO DO CONTRATO: GESTOR E FISCAL

O processo será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria Requisitante, que designa, de acordo com o art. 104, inciso III cc. art. 117 da Lei 14.133/21, representante para essa finalidade, servindo de elemento de ligação junto à CONTRATADA:

Gestor:

Nome: Milton Ricardo Ribolli
Cargo: Secretário Municipal de Saúde
Matricula: 4458



VINHEDO

PREFEITURA

Fiscal:

Nome: Daniela Moitinho Schock
Cargo: Espec em Saúde - Dentista clinico Geral
Matricula: 10462
saudebucal.saude@vinhedo.sp.gov.br

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços serão considerados efetivamente prestados e passíveis de medição após a entrega formal dos laudos técnicos e relatórios de inspeção, devidamente assinados por profissional habilitado, e a posterior conferência e aceite da Fiscalização do Contrato.

O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo e aceitação dos laudos pela Administração.

A nota fiscal deverá conter os dados para depósito bancário e ser enviada, juntamente com os laudos técnicos, para os endereços eletrônicos: chefiaceo.saude@vinhedo.sp.gov.br e saudebucal.saude@vinhedo.sp.gov.br.

Após regular conferência e certificação, será encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças e Economia para o devido pagamento.

Todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto — incluindo, mas não se limitando a: transporte, deslocamento técnico, estadia, alimentação, calibração de instrumentos, tributos, encargos sociais e trabalhistas — correrão por conta exclusiva da Contratada. Não caberá à Prefeitura de Vinhedo qualquer ônus adicional ou reembolso decorrente de despesas operacionais da prestadora.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Número: 254 - 10.01.10.122.1074.2.100.339039.08.3100000 | Exercício: 2026

Descrição: "Manutenção Administrativa da Saúde"

Natureza: "Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica"

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

VALORES SIGILOSOS

12. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ante o exposto, declaro a adequação orçamentária e financeira do presente com a LOA e em compatibilidade com o PPA e a LDO, nos termos do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, solicitando, ao Sr. Prefeito Municipal, a autorização para tanto, nos termos da Lei de Regência.

13. RESPONSÁVEIS PELA COTAÇÃO

Natalia Torres Honorato de Jesus
Téc. de Farmácia – Gerente de Contratos e
Convênios
Matrícula: 9268

Isabela Maria de Paula
Aux. de Serviços II - Gerente de Orçamento e Compras
Matrícula: 9063

Vinhedo/SP, 14 de maio de 2026.

Roberta **Fernanda Nora Mattoso Torres**

Diretora de Assistência e Atendimento
Matrícula: 11069

Milton Ricardo Ribolli

Secretário Municipal de Saúde
Matrícula: 4458



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

DADOS DO PARTICIPANTE	
Denominação:	
Endereço:	
CEP:	Telefone: ()
E-mail:	CNPJ nº:
Dados bancários para elaboração de contrato:	
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____	
Titular: : _____ Cidade da Agência Bancária: _____	

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do proponente neste procedimento.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) COM TESTE DE RADIAÇÃO DE FUGA E TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) EM EQUIPAMENTOS DE RAIOS-X ODONTOLÓGICOS, COM EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) Com teste de radiação de fuga, a ser realizado em raio-x odontológico	PREST. SERVIÇO	08		
2	SERVIÇO DE TESTE DE CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) A ser realizado em raio-x odontológico	PREST. SERVIÇO	08		
VALOR TOTAL					

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

DECLARAMOS QUE ACEITAMOS TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E NOS ANEXOS DA DISPENSA ELETRÔNICA

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros, embalagens, tributos, transportes, cargas, encargos sociais, materiais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, despesas administrativas, seguros, fretes, lucros e todas as demais despesas diretas ou indiretas que forem necessárias, decorrentes dos fornecimentos do objeto da presente dispensa.

Vinhedo/SP, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura)
(Nome do representante legal)



VINHEDO

PREFEITURA

ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICO Nº 039/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5012/2026

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento radiométrico (lr) com teste de radiação de fuga e testes de controle de qualidade (cq) em equipamentos de raios-x odontológicos, com emissão de laudos técnicos, conforme termo de referência e demais anexos.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DA VINHEDO

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para fins de participação no Dispensa Eletrônico supramencionado, que os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos neste Edital, foram digitalizados dos seus originais, exceto aqueles extraídos da INTERNET, responsabilizando-nos pela veracidade da documentação apresentada.

Vinhedo, _____ de _____ de 2026

Representante Legal



ANEXO IV – MAPA DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Informações da Contratação	
SECRETARIA REQUISITANTE:	Secretaria Municipal de Saúde
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Levantamento Radiométrico (LR), Teste de Radiação de Fuga e Testes de Controle de Qualidade (CQ) em equipamentos de Raios-X Odontológicos (Intraorais e Extraorais) e Médicos, com emissão de laudos técnicos, para atender às Unidades de Saúde do Município.

FASE DE PLANEJAMENTO			
	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		RESPONSÁVEL
Risco	Falha na elaboração dos documentos da fase preparatória (DFD, ETP, TR e cotações).		Secretaria de Saúde
AVALIAÇÃO DO RISCO	Probabilidade:	() Baixo (X) Médio () Alto	
	Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
	Causas:	<ul style="list-style-type: none">Falta de planejamento dos setores requisitantes (DFD)Falta de informações detalhadas e especificações técnicas sobre o objeto (ETP)Ausência de justificativa para contratação (ETP)Definição de exigências desnecessárias (ETP)Ausência de pesquisa de mercado ou pesquisa ineficiente, sem apresentação do mínimo de 03 (três) marcas distintas e de preços razoáveis (ETP), com exceção de contratações inexigíveisErro no preenchimento da documentação, com ausência de informações cruciais (ETP e TR)Tempo inábil para elaboração do documento (TR)Ausência de parâmetros de preços no sistema Banco de Preços (TR)	
	Dano:	<ul style="list-style-type: none">Aquisição de produtos/serviços que não atendam às necessidades da AdministraçãoPossibilidade de representação no TCE-SP, Mandado de Segurança (TJSP)Republicação com consequente atraso na contratação e na entrega dos produtos/serviçosAquisição de produtos/serviços, com preços superiores ao praticado no mercado, causando prejuízo ao erário	
TRATAMENTO DO RISCO	Ações Preventivas: <ul style="list-style-type: none">Escolha da equipe técnica com conhecimento suficiente e adequado para elaborar o planejamento da contrataçãoCapacitação constante da equipe de planejamentoEstudo técnico aprofundado sobre o objetoObservância de normas e legislações vigentesRevisão minuciosa da documentação que dará lastro à contratação antes do envio à SAD Ação de Contingência: <ul style="list-style-type: none">Retorno ao planejamento para revisão minuciosa dos documentos, por equipe diversa daquela elaborou a primeira documentação		
Risco	Falha na elaboração dos documentos da fase preparatória (balizamento, publicação)		Secretaria de Administração
AVALIAÇÃO DO RISCO	Probabilidade:	(X) Baixo () Médio () Alto	
	Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
	Causas:	<ul style="list-style-type: none">Falha na elaboração do balizamentoDivergência entre informações contidas no ETP e TR e publicação	



VINHEDO

PREFEITURA

	<ul style="list-style-type: none">Ausência de publicidade nos prazos legais <p>Dano:</p> <ul style="list-style-type: none">Comprometimento dos valores da contrataçãoPossibilidade de representação no TCE-SP, Mandado de Segurança (TJSP)Atraso no início e, conseqüentemente, na entrega dos produtos/serviçosAquisição de produtos/serviços que não atendam às necessidades da Administração
TRATAMENTO DO RISCO	<p>Ações Preventivas:</p> <ul style="list-style-type: none">Escolha da equipe técnica para elaborar o planejamento da contrataçãoObservância de normas e legislações vigentesRevisão minuciosa dos procedimentos, de acordo com a documentação enviada pela secretaria requisitante <p>Ação de Contingência:</p> <ul style="list-style-type: none">Retorno ao planejamento para revisão minuciosa dos documentos, por equipe diversa daquela elaborou a primeira documentação

FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO		
	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL
Risco	Representação no TCE-SP, Mandado de Segurança (TJSP)	Secretaria de Saúde e de Administração
AVALIAÇÃO DO RISCO	<p>Probabilidade: (X) Baixo () Médio () Alto</p> <p>Impacto: () Baixo (X) Médio () Alto</p> <p>Causas:</p> <ul style="list-style-type: none">Falta de tempo hábil para elaboraçãoFalta de informações detalhadas e especificações técnicas sobre o objeto (ETP)Ausência de pesquisa de mercado ou pesquisa ineficienteErro no preenchimento das documentações, com ausência de informações cruciais (ETP, TR, termos) <p>Dano:</p> <ul style="list-style-type: none">Representação no TCE-SPJudicialização (TJSP)Atraso na entrega dos produtos/serviços	
TRATAMENTO DO RISCO	<p>Ações Preventivas:</p> <ul style="list-style-type: none">Cautela na elaboração da documentação instrutóriaRevisão minuciosa da documentação (ETP, TR) antes do envio à SAD/LicitaçõesRevisão minuciosa antes da publicação <p>Ação de Contingência:</p> <ul style="list-style-type: none">Retorno ao planejamento para readequação da documentação (ETP, TR, cotações)Manutenção de histórico de eventosRetorno para readequação do procedimento	
	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL
Risco	Contratação de empresa com habilitação irregular, inidônea	Secretaria de Saúde
AVALIAÇÃO DO RISCO	<p>Probabilidade: (X) Baixo () Médio () Alto</p> <p>Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto</p> <p>Causas:</p> <ul style="list-style-type: none">Falha na análise dos documentos de contrataçãoNão atendimento às condições exigidas na Lei 14.133/2021 <p>Dano:</p> <ul style="list-style-type: none">Contratação/aquisição irregular	



	<ul style="list-style-type: none">• Não atendimento às condições exigidas na Lei 14.133/2021.• Danos ao erário
TRATAMENTO DO RISCO	Ações Preventivas: <ul style="list-style-type: none">• Analisar cuidadosamente a documentação fiscal, nos termos da Lei 14.133/2021 Ação de Contingência: <ul style="list-style-type: none">• Quando confirmado o dano, abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade (PAD)

FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO		
	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL
Risco	Não acompanhamento das condições de entregas/execuções de serviço	Secretaria de Saúde
AValiação DO RISCO	Probabilidade: (X) Baixo () Médio () Alto Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto Causas: <ul style="list-style-type: none">• Aceite de serviços/produtos fora das especificações definidas no TR• Descumprimento, pela contratada, das condições no TR/CT• Não conferência das notas fiscais com os produtos/serviços• Falha na fiscalização Dano: <ul style="list-style-type: none">• Má prestação de serviços à população ou interrupção do serviço público (a depender da natureza do objeto)• Atrasos nas entregas e consequente desabastecimento• Não renovação do contrato ou realização do aditivo• Rescisão contratual• Preparação para novo procedimento (urgente)• Danos ao erário	
TRATAMENTO DO RISCO	Ações Preventivas: <ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento do fiscal• Abertura de processos administrativos de fiscalização Ação de Contingência: <ul style="list-style-type: none">• Notificar o fornecedor para regularização no descumprimento• Abertura de processo administrativo para apuração/notificação/sanções• Compra emergencial quando o estoque estiver crítico• Envio das solicitações com prazo razoável• Quando confirmado o dano, abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade (PAD)	
Risco	Contratação/aquisição anulada, revogada	Secretaria de Saúde
AValiação DO RISCO	Probabilidade: (X) Baixo () Médio () Alto Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto Causas: <ul style="list-style-type: none">• Ilegalidades no procedimento• Erros no escopo do objeto, no valor e na forma de contratação• Exigência de documentações incorretas ou inadequadas, em relação ao escopo do objeto Dano: <ul style="list-style-type: none">• Extinção do certame e necessidade de iniciar um novo procedimento• Atraso na contratação e, conseqüentemente, na entrega dos produtos/serviços	
T R	Ações Preventivas:	



VINHEDO

PREFEITURA

	<ul style="list-style-type: none">• Revisão minuciosa do procedimento e documentos licitatórios• Cursos de capacitação• Observância de normas e legislações vigentes <p>Ação de Contingência:</p> <ul style="list-style-type: none">• Retorno ao planejamento para readequação da documentação (ETP, TR, cotações)• Retorno para readequação e republicação	
Risco	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL
	Falta de manutenção das condições para renovação do contrato ou aditivo	Secretaria de Saúde
AVALIAÇÃO DO RISCO	Probabilidade: (X) Baixo () Médio () Alto	
	Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto	
	Causas: <ul style="list-style-type: none">• Falha na fiscalização dos contratos• Negligência da contratada na manutenção das condições de contratação Dano: <ul style="list-style-type: none">• Não renovação do contrato ou realização do aditivo• Rescisão contratual• Preparação para novo procedimento (urgente)	
TREATAMENTO DO RISCO	Ações Preventivas: <ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento do fiscal• Diligências em sítios eletrônicos realizadas pelo fiscal Ação de Contingência: <ul style="list-style-type: none">• Notificar o fornecedor para regularização• Abertura de processo administrativo para apuração/notificação/sanções• Rescisão contratual	
Risco	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL
	Perda do prazo para renovação dos contratos	Secretaria de Saúde
AVALIAÇÃO DO RISCO	Probabilidade: (X) Baixo () Médio () Alto	
	Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto	
	Causas: <ul style="list-style-type: none">• Falha na fiscalização dos contratos/atas Dano: <ul style="list-style-type: none">• Não renovação do contrato ou realização do aditivo• Interrupção do serviço público• Preparação para novo certame (urgente)• Dano ao erário	
TREATAMENTO DO RISCO	Ações Preventivas: <ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento do fiscal• Providenciar os trâmites necessários com antecedência Ação de Contingência: <ul style="list-style-type: none">• Pedidos de renovação enviados em tempo hábil• Preparação de novo certame (emergencial)• Quando confirmado o dano, abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade (PAD)	



VINHEDO

PREFEITURA

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DO RISCO

Vinhedo/SP, 27 de abril de 2026.

Josyane Maria do Amaral Rios
Especialista em saúde – coordenação de odontologia
Matrícula: 2737

PROBABILIDADE DE OCORRER O RISCO

BAIXA: O histórico conhecido indica baixa frequência de ocorrência. Trata-se de um evento raro, casual e inesperado, embora existam registros esporádicos de sua manifestação.	MÉDIA: Há ocorrência com frequência moderada ou indícios razoáveis de que possa se concretizar no horizonte analisado. É um evento possível, com frequência reduzida.	ALTA: O risco ocorre com elevada frequência ou existem fortes indícios de que se materializará no horizonte analisado. É um evento recorrente, com histórico amplamente documentado.
---	--	---

IMPACTO QUE O RISCO CAUSARÁ AO PROCESSO/CONTRATO

BAIXO: Causa impacto pontual no valor, prazo ou qualidade da execução contratual, sem comprometer de forma relevante os objetivos principais. Permite o alcance da maior parte dos resultados previstos. Impacto mínimo.	MÉDIO: Afeta de maneira significativa, mas não irreversível, o cumprimento dos objetivos do contrato. Há impacto moderado, com possibilidade de mitigação ou recuperação parcial dos danos.	ALTO: Compromete substancialmente o cumprimento dos objetivos do contrato, afetando severamente valor, prazo ou qualidade da execução. Impacto crítico, com baixa probabilidade de recuperação dos resultados.
---	--	---



VINHEDO

PREFEITURA

ANEXO V - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

CONTRATADA:

CONTRATO Nº XX/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 039/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5012/2026

SECRETARIA REQUISITANTE: SAÚDE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) COM TESTE DE RADIAÇÃO DE FUGA E TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) EM EQUIPAMENTOS DE RAIOS-X ODONTOLÓGICOS, COM EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Vinhedo/SP, em XX de XX de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE e ORDENADOR DE DESPESAS

Nome e Cargo: **Dario Pacheco de Moraes** – Prefeito Municipal

CPF: XXX.XXX.XXXX-XX

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME e ASSINATURA DO AJUSTE

Nome e Cargo: **Dario Pacheco de Moraes** – Prefeito Municipal

CPF: XXX.XXX.XXX-4XX9

Assinatura: _____

CONTRATADA

Nome e cargo:

CPF:

E-mail institucional:



VINHEDO

PREFEITURA

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO

Nome e Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal
Contratual

Nome e Cargo:

CPF:

Assinatura:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Agente de
Contratação

Nome e Cargo:

CPF:

Assinatura:



VINHEDO

PREFEITURA

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

CNPJ Nº: 46.446.696/0001-85

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) COM TESTE DE RADIAÇÃO DE FUGA E TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) EM EQUIPAMENTOS DE RAIOS-X ODONTOLÓGICOS, COM EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

VALOR (R\$): XXXX,XX (XXXX).

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro.
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todosos seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foicontemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Vinhedo/SP, em XX de XXXX de 2026.

RESPONSÁVEL:

Nome: **Dario Pacheco de Morais**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

E-mail: pacheco.dario@vinhedo.sp.gov.br

Assinatura: _____



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VINHEDO E _____

O **MUNICÍPIO DE VINHEDO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.446.696/0001-85, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal **DARIO PACHECO DE MORAIS**, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG nº 3743006-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 600.060.568-49, residente e domiciliado na Rua Pompéia, nº 670, Condomínio Estância Marambaia, no município de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP 13.287-064, doravante designado **PREFEITURA**, e de outro lado a pessoa jurídica de direito privado a empresa **PREFEITURA**, e, de outro lado, a pessoa jurídica de direito privado a empresa _____, situada na _____, nº _____, Bairro _____, no município de _____, Estado de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada por seu _____, Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante **Processo Administrativo nº 5012/2026** e autorização na **Dispensa Eletrônica nº 039/2026**, têm entre si certo e avençado, as cláusulas e condições que, mutuamente, aceitam e se outorgam, a saber:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para XXXXXXXX, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO PARA INICIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

- 2.1. A execução do contrato, bem como a prestação de serviço deverá ocorrer conforme expresso no Anexo I - Termo de Referência.
- 2.2. Deverão ser prestados de acordo com as especificações, quantidades e unidades constantes no quadro de especificações.
- 2.3. A empresa deverá atentar para a qualidade do serviço prestado, material utilizado para perfeita execução do objeto, bem como o fiel atendimento aos requisitos constantes neste Anexo I - Termo de Referência, pois somente serão aceitos o(s) objeto(s) dentro dos parâmetros solicitados, que atendam aos padrões exigidos, e que forem entregues dentro do prazo estabelecido.
- 2.4. Fica assegurado à **PREFEITURA** o direito de rejeitar, no todo ou em partes, os serviços executados em desacordo com as especificações exigidas no aviso de dispensa citado no preâmbulo e seus anexos sem o prejuízo das penalidades cabíveis, ficando a contratada obrigada a reposição e/ou refazimento dos serviços irregulares ou em desconformidade no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme apontado pela Secretaria Requisitante, sem ônus para a **PREFEITURA**.
- 2.5. O recebimento do(s) serviço(s) se dará definitivamente e integralmente, somente após verificação de sua conformidade com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação pelo setor responsável, no prazo máximo de até 03 (três) dias corridos, contados após o recebimento provisório
- 2.6. A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 2.7. Serão de responsabilidade da contratada todos os serviços correlatos essenciais para a execução do objeto desta presente dispensa de licitação.
- 2.8. O serviço recusado será considerado como não prestado e os custos de reparação, e, ou, refazimento, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da vencedora.
- 2.9. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo de entrega sem justificativa formal aceita pela **CONTRATANTE**, decairá seu direito de execução, sujeitando-se as penalidades previstas em lei.
- 2.10. Não será possível o recebimento do objeto prestado que, no ato da entrega, não estiverem acompanhados da sua respectiva Nota Fiscal.
- 2.11. A descrição dos itens na Nota Fiscal deverá estar de acordo com a descrição constante na Autorização de Serviço.
- 2.12. Ocorrendo qualquer problema, a contratada deverá comunicar imediatamente por escrito à **PREFEITURA**.



VINHEDO

PREFEITURA

- 2.13.** Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes dos fornecimentos, tais como, materiais, mão de obra, embalagens, transportes, seguros, cargas, descargas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, hospedagem, alimentação, fretes, diárias, custos e benefícios, taxas, tributos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas decorrentes dos fornecimentos do objeto do presente, não se responsabilizando a **PREFEITURA** sob nenhuma delas.
- 2.14.** O objeto se estiver de acordo com o edital e a proposta, será recebido:
- 2.14.1.** *Provisoriamente*, para efeito de posterior verificação do(s) objeto(s) entregue(s) com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), e similaridade;
- 2.14.2.** *Definitivamente*, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) serviço(s) e consequente aceitação pelo Setor Competente. A entrega do objeto pela **CONTRATADA** e seu recebimento pela Secretaria requisitante não implicam sua aceitação definitiva, que será efetivada apenas após a atestação da nota fiscal correspondente. A empresa vencedora do certame obriga-se a entregar o(s) serviço(s) de acordo estritamente com as especificações do Termo de Referência (Anexo I), sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado na sua execução não estar em conformidade com as especificações.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1.** Cumprir o prazo fixado para realização dos pagamentos.
- 3.2.** Permitir acesso dos funcionários da **CONTRATADA** aos locais necessários para realização do objeto do presente.
- 3.3.** Comunicar a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade, imperfeições, falhas na execução da prestação de serviços.
- 3.4.** Receber os serviços entregues pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 3.5.** Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 3.6.** Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega do objeto contratado.
- 3.7.** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

4. CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1.** Realizar as entregas e prestar os serviços do presente, nas condições previstas no edital da dispensa eletrônica nº 039/2026 e em seus anexos, de acordo com sua proposta de preços.
- 4.2.** Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.
- 4.3.** Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato a terceiros, sob pena de rescisão.
- 4.4.** Responsabilizar-se pelas operações de transportes, cargas, descargas e demais necessárias.
- 4.5.** Manter durante toda a execução deste contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigida na dispensa de licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade.
- 4.6.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.
- 4.7.** Seguir todos os elementos descritos no Termo de Referência (Anexo I).
- 4.8.** Ser responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e todos os demais que forem constantes das demais disposições legais, referentes aos seus empregados, não havendo vínculo empregatício entre seus empregados e a **PREFEITURA**.
- 4.8.1.** A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à **PREFEITURA**, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, autorizando a **PREFEITURA** a descontar dos pagamentos a serem realizados os valores referentes aos tributos legais, que incidam ou venham a incidir, sobre o objeto do presente.
- 4.9.** Pagar todos os tributos incidentes, ou que venham a incidir sobre o objeto do presente, i.e., impostos, taxas e contribuições, federais, estaduais ou municipais e demais necessárias para a plena e total execução deste instrumento contratual.



VINHEDO

PREFEITURA

- 4.10.** A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados direto e indiretamente à **PREFEITURA** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na realização dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por representante da **PREFEITURA**.
- 4.11.** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 4.12.** No preço global deverá estar incluso todos os custos diretos e indiretos, inclusive com transporte, encargos da legislação social, trabalhista, tributária e previdenciária, bem como a responsabilidade civil por qualquer dano causado à terceiros.
- 4.13.** Todos os tributos incidentes sobre a execução do serviço, objeto deste contrato, legalmente atribuíveis à **CONTRATADA** serão por ela pagos e seus respectivos comprovantes apresentados à **CONTRATANTE**, sempre que exigidos.
- 4.14.** A **CONTRATANTE** estará livre de responder por obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, junto a terceiros, visando o fornecimento do equipamento ora ajustados.
- 4.15.** A **CONTRATADA** ao longo de toda a execução do contrato deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

5. CLÁUSULA QUINTA: DOS PREÇOS, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** Os preços para a realização dos serviços objeto deste contrato são os apresentados na Proposta da **CONTRATADA**, a saber:

Item	Cód	Qtde	Unid	Descrição/especificação	\$ Unit	\$ Total

- 5.1.1.** O valor resultante da aplicação dos preços unitários às quantidades executadas constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração para realização dos serviços objeto do presente contrato;
- 5.1.2.** Os preços unitários, totais e globais incluem, além dos lucros, todas as despesas e custos, como por exemplo, materiais, mão de obra operacional e técnica, treinamentos, manutenções, instalações, equipamentos, embalagens, transportes, seguros, cargas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, saúde, hospedagens, segurança pessoal, alimentação, fretes, diárias, custos e benefícios, taxas, tributos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços objeto do presente contrato, não se responsabilizando a **PREFEITURA** sob nenhuma delas.
- 5.2.** O valor total do objeto deste contrato será de **R\$ 00,00** (escrever valor total, por extenso).
- 5.3.** Para fazer frente às despesas do contrato, existem recursos reservados, onerando a **dotação orçamentária nº _____, ficha ____/2026, fonte ____**, no presente exercício. Caso seja necessário, nova dotação orçamentária será feita no exercício financeiro seguinte.
- 5.4.** A Secretaria de Finanças e Economia da **PREFEITURA** efetuará o pagamento a **CONTRATADA** no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), após conferência e certificação das Notas Fiscais realizada pela Secretaria Requisitante, mediante depósito bancário na conta informada abaixo:
- Banco _____ (____), Agência _____, conta corrente nº _____.
- 5.5.** Conforme o protocolo ICMS 42/09, alterado pelo protocolo ICMS 1/2011 ficam obrigados a emitir NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.
- 5.5.1.** Havendo erro na NF-e ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da NF-e será suspensa para que a **CONTRATADA** adote as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da NF-e.
- 5.5.2.** A **CONTRATADA** deverá enviar o arquivo da nota fiscal eletrônica em formato XML para o endereço eletrônico, nfornecedor@vinhedo.sp.gov.br, indicando, necessariamente, no campo "Assunto": XXXXXX (variável) = correspondente ao número da nota fiscal com 06 dígitos; NNN (variável) = correspondente às iniciais dos três primeiros nomes do fornecedor e XMLNFE (fixo), no formato XXXXXXNNNMLNFE.



- 5.5.3.** O pagamento deverá estar condicionado, também, à correta inserção, no corpo da NF-e ou no campo "Observações do Contribuinte", dos dados necessários à identificação da origem da despesa, conforme o caso, indicando, (quando se aplicar) o número da Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota empenho, número do contrato, número processo de dispensa de licitação, número do Convênio ou OGU, objeto do convênio ou OGU, base de cálculo do INSS, base de cálculo do IR.
- 5.5.4.** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.
- 5.5.5.** A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta **PREFEITURA**.
- 5.5.6.** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada a **CONTRATADA**, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta **PREFEITURA** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.5.7.** Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.
- 5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, ou financeira municipal que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 5.7.** Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais.
- 5.8.** Em caso de atraso do pagamento, por parte da **PREFEITURA**, em favor da **CONTRATADA**, esta terá direito ao pagamento acrescido da variação do IPCA/IBGE, desde a data prevista para o pagamento da parcela até a data do efetivo pagamento, conforme constante na legislação de vigência, desde que requerido pela interessada.
- 6. CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTE DOS PREÇOS**
- 6.1.** A periodicidade do reajustamento dos preços será anual, sendo que o primeiro reajustamento dar-se-á 12 (doze) meses da data da proposta, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ou outro índice governamental que for adotado em sua substituição, de comum acordo entre as partes, mediante protocolo formalizado através de processo administrativo.
- 6.2.** Fica, todavia, ressalvada a possibilidade de revisão contratual, de acordo com a variação oficial de preços, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, prejudiciais à execução do contrato, de efeitos extraordinários (álea econômica extraordinária e extracontratual), a qual deverá ser protocolada no Serviço de Atendimento ao Cidadão - Seção de Protocolo Geral da **PREFEITURA**, localizado na Rua Monteiro de Barros, nº 17, esquina com a Rua Jundiáí, Centro, no município de Vinhedo/SP, das 11h00min às 16h00min. (expediente bancário do município), aos cuidados do Setor de Licitações e dirigidos ao Prefeito Municipal de Vinhedo.
- 7. CLAÚSULA SÉTIMA: PRAZOS CONTRATUAIS**
- 7.1.** O prazo de vigência do presente Contrato será XXXXXXXXXXXXX, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.
- 7.2.** A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à **CONTRATADA**, direito a qualquer espécie de indenização.
- 8. CLÁUSULA OITAVA: DIREITOS, OBRIGAÇÕES E PENALIDADES**
- 8.1.** Ficam assegurados, à **CONTRATANTE**, os direitos previstos no artigo 115, da Lei Federal nº 14.133/21, ficando certo que a inexecução total ou parcial do Termo, por parte da **CONTRATADA**, poderá ensejar a sua rescisão.
- 8.2.** Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal n. 14.133/21 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública (durante os prazos indicados abaixo), sem prejuízo das demais cominações legais, a licitante que cometer as seguintes faltas:
- 8.2.1.** Impedimento de 03 (três) a 06 (seis) anos: apresentar declaração documentação falsa, fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os



objetivos da dispensa de licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013;

- 8.2.2.** Impedimento de até 03 (três) anos: dar causa à inexecução parcial do Contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não assinar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para celebrar o Instrumento Contratual, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa de licitação sem motivo justificado. Aplica-se também, no que couberem, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.
- 8.3.** As importâncias correspondentes às multas que forem impostas à **CONTRATADA** incidirão sempre sobre os valores residuais do Contrato.
- 8.4.** Não havendo pagamento a fazer à **CONTRATADA**, serão as multas e outros débitos inscritos na Dívida Ativa para cobrança executiva.
- 8.5.** Fica a **CONTRATADA** assegurada de acordo com o disposto no art. 137, § 2º inciso IV da Lei Federal 14.133/21.

9. CLÁUSULA NONA: EXTINÇÃO E SANÇÕES

- 9.1.** A recusa da empresa vencedora em assinar o Instrumento Contratual sujeita à penalidade de multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, em observância ao disposto no § 5º do artigo 89 da Lei nº 14.133/21.
- 9.2.** Pela inexecução total da obrigação objeto da dispensa de licitação será aplicada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Autorização de Fornecimento (AF).
- 9.3.** Pela inexecução parcial do ajuste será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Fornecimento (AF);
- 9.4.** O atraso na entrega do objeto sujeitará a empresa vencedora à multa de mora de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor da Autorização de Fornecimento por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia, após o que, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do ajuste, conforme o momento da autorização de fornecimento, se o caso.
- 9.5.** O descumprimento do prazo de 02 (dois) dias úteis, para reposição dos produtos entregues em desacordo com as especificações contidas neste Edital, para entrega da quantidade faltante de mercadoria solicitada pela Administração e para substituição da Nota Fiscal emitida com falhas, conforme previsto nos devidos itens deste Edital, acarretará a aplicação de multa diária equivalente a 1% (um por cento) do valor da Autorização de Fornecimento.
- 9.6.** A não observância das quantidades solicitadas pela Administração na Autorização de Fornecimento sujeitará a empresa vencedora a multa no valor de 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.
- 9.7.** O fornecimento do objeto em desacordo com as especificações constantes do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no edital, sujeitará a **CONTRATADA** a multa de 10% (dez por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, sem prejuízo da substituição do objeto e demais sanções aplicáveis.
- 9.8.** Para aplicação das penalidades descritas acima, será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.
- 9.9.** As multas são independentes e não eximem a **CONTRATADA** da plena execução do objeto contratado.
- 9.10.** Eventual atraso no pagamento à **CONTRATADA** acarretará a **CONTRATANTE**, no pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e juros de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia de atraso, limitando em 30 dias.
- 9.11.** As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação do ato, a qual deverá obrigatoriamente, ser protocolada no **Serviço de Atendimento ao Cidadão - Seção de Protocolo Geral da PREFEITURA**, localizado na **Rua Monteiro de Barros, nº 17**, esquina com a Rua Jundiá, **Centro, no município de Vinhedo/SP**, das 11h00min às 16h00min. (expediente bancário do município), aos cuidados do **Setor de Licitações e dirigidos ao Prefeito Municipal de Vinhedo.**



VINHEDO

PREFEITURA

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1.** São partes integrantes do presente Contrato, o Termo de Ciência e de Notificação e Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP.
- 10.2.** Os casos omissos serão solucionados entre as partes contratantes, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 341/2023.
- 10.3.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer conforme preceitua o art. 94, da Lei Federal nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

- 11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Vinhedo (SP), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Por estarem assim justas e contratadas, com todas as cláusulas e condições ora ajustadas, as partes assinam o presente contrato, que é feito em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas instrumentais, que também assim, devendo a **CONTRATANTE**, no prazo legal, providenciar a publicação, na imprensa oficial, do extrato do contrato, a teor do § 1º do artigo 89 da Lei Federal nº 14.133/21, tudo para que o ato produza seus jurídicos e legais efeitos. **NADA MAIS.**

Vinhedo/SP, em __ de _____ de 2026.

DARIO PACHECO DE MORAIS

Prefeito Municipal

RESPONSÁVEL

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO

RG nº _____

NOME COMPLETO

RG Nº _____